

## A expansão romana vista das margens

Rafael Scopacasa [\*]

[\*] Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (DH-FFLCH-USP), São Paulo (SP), Brasil. E-mail: rscopacasa@usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0855-2999>

**Resumo:** As discussões sobre o imperialismo romano vêm se atendo aos primeiros momentos desse processo, na Itália dos séculos IV e III a.e.c. Devido à natureza fragmentária das fontes, é difícil entender como o começo da expansão romana foi percebido pelos agentes históricos envolvidos, especialmente por aqueles que vivenciaram o lado mais brutal do processo. Entre esses estavam as comunidades semiurbanizadas das montanhas da Itália central, chamadas imprecisamente de “samnitas” nas fontes greco-romanas. Embora os relatos historiográficos antigos disponíveis sejam tardios e romanocêntricos, podem servir de base para delinear aspectos de como essas comunidades teriam enxergado sua própria subordinação: propõe-se que esses agentes históricos podem ter mantido uma forte e talvez anacrônica percepção de sua própria independência.

**Palavras-chave:** Expansão romana; Historiografia antiga; Marginalização.

### *The Roman expansion viewed from the margins*

**Abstract:** Discussions on Roman imperialism have focused on the earliest phases of the process in 4<sup>th</sup>-3<sup>rd</sup> century-BCE Italy. Due to the fragmentary nature of the sources, it is difficult to understand how the early Roman expansion was perceived, especially by those more exposed to its brutal and exclusionary side, such as the semi/non-urbanized communities described as Samnites in Greco-Roman accounts. Although the extant sources are late and Rome-centred, they can nonetheless be used to delineate aspects of how so-called Samnites might have perceived their own subordination. It will be argued that these historical agents may have maintained a strong and perhaps anachronistic self-perception of independence.

**Keywords:** Roman expansion; Ancient historiography; Marginalization.

## Introdução

---

A ascensão do imperialismo romano é um problema histórico que continua a alimentar discussões acaloradas, embora trate de acontecimentos muito distantes no passado. Em anos recentes, o foco do debate tendeu a deslocar-se para os primeiros momentos desse processo, a chamada conquista romana da Itália nos séculos IV e III a.e.c. É possível identificar dois entendimentos gerais desse fenômeno na historiografia. De um lado está a visão tradicional de Roma como uma cidade-estado excepcional que subjuguou seus vizinhos pela guerra, embora haja explicações antagônicas dos motivos por trás dessa trajetória, pensados ora como predatórios (Harris, 1985), ora como (auto)defensivos (Eckstein, 2006; Burton, 2019, p. 39-72). A essa perspectiva dominante contrapõe-se a visão de Roma como uma espécie de quartel-general, onde as elites de várias comunidades itálicas, sobretudo latinas e etruscas, decidiram unir esforços para preservar seus privilégios de classe, diante de desafios de grupos subalternos. Por esse prisma, “Roma” teria sido a bandeira dessas aristocracias reacionárias, mais do que uma cidade-estado específica que subjuguou todas as outras; a conquista romana teria envolvido negociações, acordos e conciliações, tanto quanto (ou mais do que) força bruta (Terrenato, 2019).

Independentemente de qual perspectiva adotamos, fica claro que certos grupos na península itálica foram alvo de ações particularmente severas de controle, subjugação e marginalização. Entre esses estavam as comunidades semiurbanizadas e relativamente empobrecidas das montanhas da Itália central, chamadas genericamente e imprecisamente de “samnitas” nas fontes greco-romanas (Salmon, 1967; Dench, 1995). Elas tendem a ser retratadas como opositoras ferrenhas da expansão romana por mais de meio século, numa série de conflitos conhecidos como as “guerras samnitas” de 343 a 290 a.e.c. O caráter não urbano dessas comunidades montanhesas é muito enfatizado nas fontes literárias greco-romanas, geralmente associado a noções negativas de rusticidade e provincialismo (Strabo, 1923, V, 4, 11; Livy, 1926, IX, 13, 6-8). Estereótipos à parte, a arqueologia revelou um quadro geral de urbanização limitada ou ausente nas montanhas da Itália central na época da expansão romana, bem como a raridade de formas de ostentação material como tumbas monumentais suntuosas, bens importados refinados como cerâmica grega pintada, ou residências privadas de luxo (Capini e Di Niro, 1991). Tal quadro pode muito bem refletir uma cultura de não ostentação em vez de pobreza material pura e simples; ainda assim, é relativamente consensual que a sociedade “samnita” desviava, em linhas gerais, do modelo socio-político das grandes cidades latinas e etruscas chefiadas por aristocracias fundiárias hereditárias (Terrenato, 2019, p.134-143). Recuperar as percepções e reações dessas comunidades montanhesas economicamente menos poderosas, diante da ascensão do projeto expansionista romano, pode aprofundar nossa compreensão do imperialismo romano

em seus estágios iniciais de formação, ressaltando o papel de comunidades marginalizadas na definição da sua própria subjugação.<sup>1</sup>

Há, porém, uma série de desafios metodológicos que devem ser explicitados de antemão. Como é bem sabido, não nos chegou nenhum relato que seja contemporâneo à conquista romana da Itália: o que há de mais próximo são fragmentos de historiadores gregos helenísticos como Timeu de Tauromênio e Duris de Samos, cujos textos nos chegaram apenas na forma de citações esparsas e truncadas em autores posteriores (Cornell, 1995, p. 8). Tais historiadores gregos helenísticos parecem ter mencionado a ascensão romana na Itália indiretamente, na medida em que ela começava a tangenciar o horizonte das cidades da Magna Grécia. Outras fontes fragmentárias nos dão vislumbres de ideias, percepções e atitudes romanas acerca da expansão: o poema “Anais” de Quinto Ênio; os discursos de Catão, o Velho, ao Senado; e inscrições reproduzindo cartas de cônsules romanos a líderes e embaixadores de cidades do mundo grego helenístico (Gruen, 1984, p. 273-287; Burton, 2019, p. 19-38). Apesar de valiosos, esses testemunhos possuem dois grandes complicadores: primeiro, eles se referem a um contexto histórico mais tardio em que o poder romano já se encontrava em um estágio razoavelmente avançado de consolidação pela bacia do Mediterrâneo, no final do século III e no século II a.e.c.; segundo, eles refletem primariamente o ponto de vista de homens da aristocracia imperial romana, como cônsules e senadores.

Já não é recente o recurso à arqueologia como meio de estudar o impacto da conquista romana nas comunidades itálicas, diante da escassez de fontes escritas contemporâneas. Vestígios materiais são fundamentais, na medida em que podem revelar continuidades e rupturas em padrões de assentamento, modos de ocupação e uso da terra, níveis de urbanização, artesanato e manufatura, arquitetura, cultos religiosos, alimentação etc. Ao mesmo tempo, as inscrições em pedra e metal produzidas pelas populações não romanas da Itália podem nos oferecer dados cruciais sobre mudanças na organização política, práticas de culto e identidades em decorrência da conquista romana (Terrenato, 1998; Roselaar, 2011). O que fontes arqueológicas e inscrições *não* oferecem, entretanto, são narrativas dos comportamentos, das decisões e dos posicionamentos das comunidades não romanas diante da ascensão inicial do poder romano, em uma resolução cronológica que seja minimamente satisfatória. Para obter esse tipo de informação, nós ainda dependemos de relatos literários e historiográficos produzidos algum tempo depois da conquista da Itália, de meados do século II a.e.c. em diante, por autores greco-romanos como Políbio, Diodoro Sículo, Tito Lívio,

---

<sup>1</sup> Courrier e Oliveira (2021) discutem essa e outras abordagens teórico-metodológicas à questão da agência subalterna na Antiguidade. Estudos sobre subalternos no mundo romano tendem a se concentrar na república tardia e no período imperial dos primeiros séculos da era cristã, as fases anteriores da república inicial e média continuam relativamente inexploradas nesse sentido.

Dionísio de Halicarnasso, Estrabão, entre outros. Tais relatos apresentam uma série de desafios interpretativos, começando pelo seu caráter retrospectivo: eles são tardios em relação aos acontecimentos narrados, sendo que a distância cronológica pode chegar a dois ou três séculos nos casos mais extremos. A empreitada pareceria fadada ao fracasso, não fosse pelo conhecimento crescente de que os autores desses relatos parecem ter obtido as suas informações a partir de fontes mais próximas à época da conquista romana da Itália, hoje perdidas. Começando pela própria tradição historiográfica romana, os chamados “historiadores analistas”, cujo primeiro expoente conhecido foi um homem chamado Fabius Pictor, que escreveu por volta de 200 a.e.c. (Cutro, 1999). Os historiadores analistas, por sua vez, teriam tido acesso a testemunhos anteriores, quase certamente contemporâneos à época da conquista da Itália: monumentos e inscrições que comemoravam personagens e eventos específicos; tradições orais e memórias familiares da aristocracia romana; além das obras completas dos historiadores gregos helenísticos mencionados acima (Cornell, 1995, p. 4-15).

Porém, o caráter tardio não é o único problema das fontes historiográficas. Há também os diversos vieses políticos, ideológicos e culturais que informam as narrativas que essas fontes transmitem, sobre a expansão romana na Itália e o comportamento das comunidades não romanas nesse processo. Conforme notado acima, “samnitas” tendem a ser caracterizados nesses textos de maneiras negativas, a partir de estereótipos de barbárie, atraso cultural, provincianismo e irascibilidade. Embora não se possa negar a realidade desses vieses, será proposto aqui que eles não necessariamente inviabilizam o aproveitamento dos relatos historiográficos antigos como fonte sobre percepções e reações de populações itálicas não romanas ao crescimento inicial do poder romano. Conforme será argumentado adiante, o fato de a maioria das fontes historiográficas antigas atribuírem a samnitas um comportamento assertivo na esfera geopolítica pode muito bem ter servido a objetivos retóricos dos autores romanos posteriores, interessados em enfatizar a agressividade dos inimigos de Roma como justificativa moral posterior a sua conquista. Porém, isso não necessariamente significa que as comunidades montanhesas da Itália central não mantiveram, de fato, uma postura autônoma e desafiadora ao lidarem com o Estado romano expansionista dos séculos IV e III a.e.c. Como veremos, o pouco de informação histórica independente que temos sobre esse período parece sugerir o contrário.

Uma última nota preliminar, sobre terminologia: como as comunidades montanhesas da Itália central não nos deixaram relatos escritos, nossa compreensão de sua autoidentificação é limitada. De modo geral, referências a “samnitas” nos relatos historiográficos greco-romanos tendem a abranger as comunidades semi- ou não urbanizadas das montanhas centro-itálicas (Dench, 1995). Há, porém, certa indefinição no uso do termo: autores antigos parecem aplicar o nome “samnita” a grupos e territórios ligeiramente diferentes, embora normalmente sem fugir muito do âmbito geral da cadeia apenínica central e seus arredores.

res (Musti, 1984). Em vista dessas imprecisões, referências a “samnitas” nas fontes serão tratadas neste artigo não como designações de um coletivo fixo, homogêneo e claramente delimitado, mas sim como referências impressionistas a um agrupamento relativamente fluido e dinâmico de comunidades montanhasas centro-itálicas, muitas das quais provavelmente convergiram na segunda metade do século IV a.e.c. debaixo de uma bandeira compartilhada, em virtude de objetivos políticos e militares comuns.

## A subjugação samnita nas fontes antigas historiográficas

Os confrontos conhecidos como as “guerras samnitas”, que ocorreram no centro e sul da península itálica entre 343 e 290 a.e.c., parecem marcar os primeiros momentos da expansão do poder romano imperial de que temos notícia. Há controvérsias sobre o que teria motivado tais conflitos: não é claro se os ditos samnitas teriam reagido a predações romanas (Cornell, 1995, p. 353) ou se eles próprios teriam desenvolvido uma política expansionista que se chocou com a de Roma (Eckstein, 2006, p. 138-147). Um dado, porém, é relativamente claro: nas narrativas sobre o início dos confrontos, romanos e samnitas tendem a ser retratados como competidores que ocupam patamares geopolíticos equiparáveis. Isso já é visível nos relatos sobre a “primeira guerra samnita” de 343-341 a.e.c., que segundo Tito Lívio aconteceu por conta de uma disputa pela cidade de Cápua na região da Campânia, uma das áreas mais ricas do Mediterrâneo (Livy, 1924, VII, 29-31; Cornell, 1995, p. 347; Eckstein, 2006, p. 141-144). O quadro se repete nos relatos sobre o início da “segunda guerra samnita” de 326-304 a.e.c., atribuída a mais uma disputa envolvendo uma cidade da Campânia, dessa vez a grega Nápoles (Dionysius of Halicarnassus, 1950, XV, 5). Vitórias samnitas expressivas são recordadas no contexto dessa segunda guerra. Uma das mais comentadas é aquela ocorrida nas “forças caudinas”, um desfiladeiro onde as legiões romanas teriam sido capturadas por volta de 321 a.e.c., levando os cônsules a consentirem a uma rendição humilhante.<sup>2</sup> Há também menções a líderes samnitas articulando redes de aliança extensas que teriam envolvido vários povos e chegado até a soleira de Roma. O caso mais bem documentado é o do general Gellius Egnatius, tido como responsável por organizar a coalizão totalmente inédita de povos (etruscos, umbros, samnitas e gauleses) que confrontaram os exércitos romanos na batalha de Sentinum em 295 a.e.c. (Livy, 1926, X, 18, 1-3). Pelo que consta, esse foi um enfrentamento militar sem precedentes na história romana até então: os combatentes do lado romano podem ter chegado a 36 mil, o maior número de tropas que Roma teria mobilizado

<sup>2</sup> Algumas (entre várias) versões desse episódio: Livy (1926, IX, 1-8); Dionysius of Halicarnassus (1950, XVI, 1-2).

até aquele momento; números do outro lado não são informados, embora Lívio (Livy, 1926, X, 27-30) registre um total de 25 mil baixas entre eles.

Muito diferente, contudo, é o tom dos relatos sobre os acontecimentos na virada do século IV para o III a.e.c., onde a ênfase passa a ser nas derrotas espetaculares e contínuas sofridas por samnitas. É o caso das narrativas sobre os eventos da primeira década do século III a.e.c.; mais especificamente, a série de massacres, escravizações e devastações que os cônsules Lucius Papirius Cursor e Spurius Carvilius teriam promovido nas montanhas da Itália central em 294 e 293 a.e.c. (Livy, 1926, X, 38-45). É bem sabido que relatos historiográficos antigos podem exagerar nas suas descrições de destruição em guerra; ainda assim, é difícil ignorar as notícias de saques, matanças e escravização em massa que recheiam as narrativas sobre os últimos anos das guerras samnitas. O historiador romano Tito Lívio, por exemplo, relata um total de 20 mil mortos no ataque a uma única fortaleza: tal número alarmante teria excedido o mínimo de baixas inimigas exigido pelo Estado romano para a comemoração do cobiçado “triumfo militar” (Livy, 1926, X, 42, 5; *Triunfo: Valerius Maximus*, 2000, II, 8, 1). De modo semelhante, há referências à escravização de cerca de 50 mil samnitas entre 297 e 293 a.e.c., o que representaria mais de 80% do total de escravizações na Itália registradas nesse período (Harris, 1985, p. 59). O butim de guerra resultante dessas atividades predatórias teria sido igualmente expressivo, com notícias de toneladas de bronze e prata confiscadas. Tem-se uma ideia da escala das expropriações materiais em relatos de que a quantidade de armadura samnita capturada foi suficiente para construir uma estátua colossal de Júpiter no centro de Roma, que ainda estava de pé na época de Plínio, o Velho, mais de três séculos depois (Livy, 1926, X, 46).

É plausível que, logo após as campanhas devastadoras de 294-293 a.e.c., as comunidades samnitas tenham sido colocadas debaixo das mesmas exigências que Roma havia imposto à maioria das populações derrotadas até aquele momento. Independentemente de como tais exigências possam ter sido apresentadas oficialmente (ver abaixo), na prática elas teriam acarretado uma sensível perda de autonomia: as comunidades subjugadas teriam sido obrigadas a seguir a política externa romana e fornecer tropas. Teriam sido essas as principais condições das alianças que o Estado romano formou com as comunidades itálicas derrotadas. É muito impressionista, entretanto, o nosso conhecimento de como esse sistema teria funcionado na prática. A pouca informação que existe sugere o caráter eventualmente oneroso de tais acordos para os “aliados”: com base em uma única observação passageira de Políbio, por exemplo, acredita-se que cabia a eles não somente fornecer as tropas, como também pagar pela sua manutenção (Polybius, 2011, VI, 21, 5; Cornell, 1995, p. 366).

No caso específico dos ditos samnitas, há indicações de que essas imposições gerais foram acompanhadas pelo estrangulamento geopolítico. Já no final do século IV a.e.c., estavam sendo colocadas em prática tentativas coordenadas de desmonte da comunicação entre o seu território e o restante da península itálica. Isso parece ter sido feito por meio da

criação de colônias e da construção de estradas cercando as montanhas da Itália central (Terrenato, 2019, p. 137). Iniciativas desse tipo continuaram a alvejar a região após as vitórias romanas devastadoras da década de 290 a.e.c. É nessa direção que parecem apontar as notícias sobre confiscos de terras em larga escala, seguidos pela fundação de colônias romanas na primeira metade do século III a.e.c. É difícil precisar a quantidade exata das terras confiscadas que foram transformadas em propriedade (nominalmente) pública do Estado romano ou *ager publicus*. Alguns pontos cruciais permanecem indefinidos, entre eles a rapidez com que os lotes foram demarcados, os ocupantes prévios despejados e colonos assentados. Há, inclusive, dúvidas sobre quão invasivos teriam sido esses confiscos, não somente nas montanhas samnitas como na península itálica em geral: é reconhecida a dificuldade de detectar vestígios arqueológicos das “centuriações” (loteamentos romanos de terras) que sejam seguramente datáveis a esse período. Além disso, sabe-se que tais confiscos não teriam necessariamente acarretado a expulsão de antigos proprietários ou ocupantes: essas pessoas podem ter sido autorizadas a permanecer sob novos tipos de arranjo. Não é claro, porém, quais teriam sido as condições dessa permanência: as poucas informações que possuímos não parecem indicar uma situação completamente equitativa, dadas as menções a antigos proprietários precisando readquirir suas terras comprando-as de agentes romanos (Bispham, 2007, p. 72).

De todo modo, o confisco de terras teria sido uma entre outras estratégias de controle postas em prática no início do século III a.e.c.: há também notícias sobre a fundação de assentamentos coloniais inteiros. O estabelecimento da colônia de Beneventum, em 268 a.e.c., teria envolvido a ocupação de todo um centro urbano preexistente (Livy, 1959, XV, 5). A localização parece ter sido escolhida a dedo, considerando que se tratava de um nodo importante nas rotas naturais entre os litorais tirrênico e adriático, onde posteriormente viriam a convergir as principais estradas da Itália romana. É importante lembrar que nosso conhecimento sobre a colonização romana na Itália tem passado por considerável renovação historiográfica. A própria criação das colônias parece ter contado com a participação direta de habitantes prévios das comunidades afetadas. Esses às vezes parecem ter incluído famílias nobres locais, cujos integrantes parecem continuar ocupando posições de destaque após a colonização (Bradley e Wilson, 2006; Roselaar, 2011). Por outro lado, é difícil negar que as colônias atendessem a interesses geopolíticos romanos em alguma medida, como, por exemplo, interromper canais de comunicação entre populações hostis (Giampaola, 2000).

## A persistência da assertividade

---

Não deixa de chamar a atenção o fato de que, apesar de serem o alvo de tentativas potencialmente extremas de controle e subjugação, “samnitas” continuam sendo apresenta-

dos nos relatos historiográficos antigos sobre o restante do século III a.e.c. como agentes notadamente assertivos e independentes na esfera geopolítica. Esse já é o caso das narrativas sobre a primeira grande ameaça ao poder romano depois das guerras samnitas: a invasão da Itália comandada por Pirro, rei do Épiro, em 280 a.e.c. O episódio pode ser visto como uma das últimas tentativas das cidades gregas do sul da Itália (Taranto principalmente) de conter o avanço da hegemonia romana – no caso, através do aliciamento da ajuda de um *generalíssimo* grego do além-mar. Os relatos existentes são consensuais em afirmar que samnitas aderiram a essa nova frente antiromana, embora talvez mantendo um certo distanciamento estratégico: pelo que consta, em uma das batalhas decisivas dessa guerra (a batalha de Asculum de 279 a.e.c.), contingentes samnitas se juntaram às forças do rei Pirro somente depois de ele ter vencido (Dionysius of Halicarnassus, 1950, XIX, 6, 2; XIX, 9-10). Esse tipo de atitude seria compatível com grupos que continuam agindo como se devessem (e pudessem) garantir os seus próprios interesses em um cenário geopolítico altamente imprevisível. A impressão geral se mantém com a menção ao comportamento sedicioso de “samnitas” servindo em navios romanos durante a primeira guerra púnica de 264-241 a.e.c. (Dio Cassius, 1914, VIII, 11, 8-9). Apesar de lacônica, a notícia é relevante por sugerir a persistência de sentimentos antiromanos.

É, contudo, em relação ao último quartel do século III a.e.c. que há relatos um pouco mais completos; começando pela narrativa do chamado “tumulto gaulês” de 225 a.e.c. Segundo Políbio, nossa principal fonte sobre o episódio, tratou-se de uma invasão gaulesa da Itália particularmente severa, que levou Roma a convocar a ajuda militar dos seus aliados em caráter emergencial. Consta que “samnitas” formavam grande parte dos contingentes que se prontificaram na ocasião, com 70 mil soldados de infantaria e 7 mil de cavalaria, perdendo em números somente para os contingentes dos aliados latinos (Polybius, 2010a, II, 24, 10). Curiosamente, entretanto, Políbio afirma que os aliados estavam respondendo prontamente ao chamado romano não porque se viam na obrigação de obedecer a ordens romanas, mas porque acreditavam que tinham que garantir sua própria segurança diante dos gauleses invasores (Polybius, 2010a, II, 23, 12-14).

Essa avaliação polibiana já chamou a atenção de vários estudiosos, especialmente porque ela não parece ser totalmente excêntrica (Fronza, 2010). Ao contrário, ela parece coerente com as notícias que temos de como samnitas teriam se comportado na década seguinte ao tumulto gaulês, nos primeiros anos da segunda guerra púnica de 218-201 a.e.c.; mais especificamente, na ocasião da invasão surpresa da Itália pelo general cartaginês Aníbal e sua subsequente vitória estrondosa sobre Roma na batalha de Canas, em agosto de 216 a.e.c. Naquele momento, comunidades itálicas que tinham estado aliadas/subordinadas a Roma havia várias décadas alegadamente transferiram seu apoio para Cartago. Entre as



“deserções” mais alardeadas nos relatos historiográficos estão as das cidades de Cápua em 216 a.e.c. e de Taranto em 212 a.e.c.; mas um lugar de destaque é também dado a samnitas:

Estes, então, são os povos que se revoltaram: os campanos [i.e. Cápua], os atelanos, os calatinos, os hirpinos, uma parte dos ápulos, todos os samnitas menos os pentros, todos os brúcios, os lucanos, e além desses os uzentinos e quase todos os gregos do litoral, os tarentinos, os metapontinos, os crotonienses e os lócrios, junto com todos os gauleses cisalpinos (Livy, 1929, XXII, 61).

Por mais que Lívio empregue uma retórica alarmista, num exame mais atento, o seu elenco de comunidades revoltosas parece um tanto limitado – especialmente se pensarmos que praticamente todas e quaisquer comunidades políticas da península itálica (que podem ter totalizado cerca de 125 no século III a.e.c.) teriam estado em algum tipo de aliança com Roma às vésperas da segunda guerra púnica. Já se notou, por exemplo, a ausência entre os desertores das grandes cidades-estados etruscas e latinas, bem como de comunidades de regiões inteiras como a Úmbria e o Piceno. Portanto, se a lista de Lívio for tomada como minimamente fidedigna, ela poderia sugerir que, ao final do século III a.e.c., boa parte das comunidades não romanas da Itália já teria formado uma percepção diferenciada da realidade geopolítica em que estavam inseridas, percepção essa que teria levado essas comunidades a preferir evitar os riscos de agir por conta própria no plano da guerra e da diplomacia internacional (Terrenato, 2019, p. 132). Ao que parece, samnitas integravam aqueles que ainda não compartilhavam de tal percepção àquela altura.

Isso posto, um dado interessante que se destaca nas narrativas historiográficas antigas sobre a segunda guerra púnica – inclusive no trecho de Lívio citado acima – é que samnitas não são mais mencionados predominantemente como uma unidade em bloco, mas sim como comunidades separadas ou “tribos” (*gentes*), em grande medida dispostas a atuar de maneira autônoma e independente na arena geopolítica. É nesse sentido que os chamados “samnitas caudinos” e “hirpinos” são apresentados como agentes autônomos que transferem seu apoio de Roma para Cartago logo após a vitória de Aníbal em 216 a.e.c. (Livy, 1940, XXIII, 42). Essa aparente fragmentação da caracterização de samnitas pode ser tomada como um resultado das políticas de divisão e desarticulação geopolítica nas montanhas da Itália central, que o Estado romano aparentemente vinha pondo em prática desde o final do século IV a.e.c. conforme notado acima: é nessa mesma chave interpretativa que nós podemos entender, também, a exceção feita por Lívio aos chamados “samnitas pentros”, que teriam se destacado por sua lealdade continuada a Roma no momento crítico.

Portanto, considerando o tipo de comportamento que é atribuído a samnitas nos relatos historiográficos antigos, a impressão geral é de grupos que mantêm uma forte percepção de independência e autodeterminação na esfera geopolítica, tendo sido submetidas a

graus possivelmente excepcionais de violência e controle romanos: derrotas militares devastadoras, massacres em escala possivelmente genocida, tomadas de assentamentos e fortalezas importantes, expropriações materiais pesadas, escravizações em massa, confiscos de terras e enclaves coloniais.

Como interpretar tal quadro? A primeira precaução é atentar aos vieses políticos, ideológicos e culturais que informam e colore as narrativas supracitadas, em graus muitas vezes difíceis de precisar. Uma forma possível de enquadrar o problema é através da seguinte formulação: até que ponto alguém como Tito Lívio poderia transmitir uma imagem estereotipada das populações montanhesas e não urbanizadas da Itália central dos séculos IV e III a.e.c. como sendo irascivelmente antirromanas? Escritas por um autor romano de elite da república tardia e início do principado, descrições de samnitas como persistentemente agressivos em relação a Roma poderiam muito bem ter servido para legitimar o imperialismo romano, na medida em que tais descrições de certa forma responsabilizam o subjugado pela sua própria conquista. A crítica é válida e faz sentido; porém, ela não significa necessariamente que as comunidades montanhesas da Itália central não agiram, de fato, de forma independente e assertiva na arena geopolítica na época da expansão romana na Itália. O contrário, aliás, parece ser indicado pelo confronto das narrativas historiográficas antigas com documentação escrita independente: já se observou que na inscrição em mármore tar-do-republicana conhecida como a “lista dos triunfos” (*Fasti Triumphales*), nota-se um número desproporcionalmente grande de vitórias militares romanas “sobre os samnitas” (*de samnitibus*), cerca de trinta ao todo, listadas em relação ao período que abrange as guerras samnitas (343-290 a.e.c.) e a guerra pírrica (280-275/272 a.e.c.; a inscrição não cobre o período da segunda guerra púnica: Degrossi 1937). Seria difícil explicar a recorrência desses registros, sem considerar a possibilidade de que os chamados samnitas de fato se destacaram no cenário de resistência militar à expansão do poder romano na Itália. Em outras palavras: embora as fontes greco-romanas quase certamente nos apresentem imagens distorcidas das comunidades itálicas montanhesas, tais distorções provavelmente dizem menos respeito à postura geopolítica assertiva que é consistentemente atribuída a elas nesses relatos, e mais a estereótipos velhos de barbárie herdados da literatura grega clássica, como imagens de rudeza, falta de disciplina e decadência moral (Dench, 1995).

## A resiliência de percepções de autonomia (I): diplomacia romana

---

Nós não estamos suficientemente informados sobre organização política samnita para determinar como decisões de guerra e diplomacia eram formuladas. As fontes historiográficas referem-se a líderes individuais que declaram guerra e negociam tratados; no entanto, há também referências a outros magistrados atuando como oficiais militares, emissários e

embaixadores. Fala-se também de um “conselho dos samnitas” que intervém em momentos-chaves das guerras contra Roma, embora permaneçam obscuros a composição interna de tal órgão e seu modo de funcionamento.<sup>3</sup> Porém, mesmo que as fontes não nos deem elementos suficientes para esclarecer essas dúvidas, elas podem nos ajudar a delinear alguns fatores históricos que teriam contribuído para a aparente resiliência de atitudes assertivas de autonomia geopolítica entre grupos que podem ter sido submetidos a graus extremos de violência e marginalização. É possível, em princípio, identificar dois conjuntos de fatores: de um lado, a postura oficial do Estado romano; de outro, a provável existência de memórias históricas e tradições comemorativas que podem ter forjado um vínculo forte entre identidade samnita e noções anacrônicas de supremacia geopolítica.

A posição oficialmente adotada pelo Estado romano pode ter tido um peso na maneira como comunidades montanhesas da Itália central enxergaram a sua própria subordinação geopolítica. Importantes nesse sentido teriam sido os tipos de acordos oficiais em vigência após a série de derrotas brutais na década de 290 a.e.c. A natureza e o teor desses acordos não são imediatamente claros. Por um lado, as fontes historiográficas antigas mencionam uma série de “tratados” (*foedera*) entre Roma e samnitas no contexto das guerras do século IV e início do III a.e.c.: ao fim de cada período de conflito aberto, fala-se na renovação desses tratados formais (Livy, 1924, VII, 31; 1926, VIII, 22-23; IX, 14; X, 11-12; Dionysius of Halicarnassus, 1950, XV, 5). Os tratados em si, entretanto, não sobreviveram aos dias de hoje, e seu conteúdo nunca é descrito sistematicamente nas fontes – sendo que o mesmo vale para quase todos os tratados de que se tem notícia da época da conquista romana da Itália. Ainda assim, em vista dos casos em que tratados envolvendo Roma são descritos mais detalhadamente, seria plausível supor que esses teriam sido documentos que elencavam explicitamente as possibilidades e limites de ação para ambas as partes, definindo os compromissos que cada uma assumia: é o caso, por exemplo, dos tratados entre Roma e Cartago tal como reportados por Políbio (Polybius, 2010b, III, 22-24).

Nós temos uma última menção à renovação do tratado romano-samnita por volta de 290 a.e.c., ao término da terceira e última grande guerra. Esse documento, porém, teria sido anulado em 280 a.e.c., considerando as notícias sobre adesão samnita à frente antirromana liderada por Pirro do Épiro conforme discutido acima. Depois da derrota de Pirro em 275 a.e.c., não há notícias de um novo tratado com samnitas em nenhum dos relatos antigos sobreviventes. Tomado por si só, o silêncio poderia simplesmente refletir o estado fragmentário das fontes em vez de qualquer mudança real na postura do Estado romano. Entretanto, há motivos para considerar a possibilidade de que, daquele ponto em diante, Roma teria

<sup>3</sup> Líderes individuais: Livy (1926, VIII, 39, 9; IX, 1, 2; X, 19, 14); outros oficiais: Livy (1924, VII, 31, 11; 1926, VIII, 23, 2; IX, 1, 3); o “conselho samnita”: Livy (1924, VII, 31, 11); Dionysius of Halicarnassus (1950, XV, 8; XVII-XVIII, 1, 4).

deixado de lidar oficialmente com as comunidades samnitas através de tratados formais escritos. Em primeiro lugar, sabe-se que tratados nem sempre eram mantidos com comunidades que, entretanto, são descritas nas fontes como “aliadas” romanas (Rich, 2008, p.61-62). Além disso, no início do século III a.e.c. já poderia talvez estar claro para o Estado romano que tratados formais não eram necessariamente os dispositivos mais eficazes para controlar as comunidades semiurbanizadas e montanhosas da Itália central. Experiências prévias poderiam ter deixado evidente que tratados tendiam a ser mais eficazes no caso de comunidades menos antagônicas e/ou que tivessem um interesse maior na segurança militar que Roma poderia eventualmente oferecer. Esse parece ter sido, por exemplo, o caso da comunidade dos camertes da Úmbria, uma das poucas para as quais não há nenhum registro de guerra contra Roma (Livy, 1926, IX, 36, 8).

Em vista das considerações acima, é plausível que o Estado romano tenha experimentado outros tipos de acordos com samnitas após 275 a.e.c., entre eles as chamadas “tréguas” (*indutiae*) e “promessas” (*sponsiones*). As “tréguas” parecem ter sido acordos temporários de cessação de hostilidades. No início do século III a.e.c., há registros de que tais acordos já haviam se mostrado eficazes nas relações de Roma com os etruscos: um total de sete *indutiae* com cidades-estados etruscas são mencionadas entre 425 e 294 a.e.c., algumas das quais podem ter durado um século. As “promessas” ou *sponsiones*, por outro lado, teriam sido uma espécie de acordo mais imediato entre comandantes individuais dos lados em conflito, feitos geralmente em pessoa no campo de batalha e depois sancionados pelos respectivos órgãos políticos.<sup>4</sup> Em comparação com tratados escritos formais, que teriam imposto demandas e obrigações de maneira mais explícita e direta, acertos alternativos como as *sponsiones* e *indutiae* poderiam ter gerado a aparência de que o Estado romano estava deixando um maior espaço para negociações e arranjos futuros, ainda que, na prática, essa impressão não estivesse necessariamente em sintonia com a realidade da crescente autoridade romana no plano geopolítico.

## A resiliência de percepções de autonomia (II): memória samnita

Por mais que o Estado romano possa ter mantido, estrategicamente, um semblante de reconhecimento da autonomia samnita durante o século III a.e.c., isso por si só provavelmente não explicaria a aparente perseverança, entre essas comunidades, de uma disposição resiliente para atuar no plano geopolítico como se elas ainda fossem autônomas e indepen-

<sup>4</sup> *Sponsiones* (com umbros): Livy (1926, IX, 40, 20); *indutiae* (com etruscos): Livy (1922, IV, 35, 2; 1924, VII, 20, 8; 1926, IX, 37, 12; X, 37, 4); Diodorus of Sicily (1954, XX, 35, 5); ver Rich (2008, p. 61).

dentos, tendo sofrido níveis aparentemente excepcionais de estrangulamento geopolítico e militar. Pode-se formular a hipótese adicional de que elementos internos à sociedade e à cultura dessas comunidades teriam tido um papel decisivo, também.

Por esse prisma, pode ser significativo que as nossas fontes parecem indicar a existência de tradições narrativas que construía a identidade samnita justamente em termos de preeminência militar e geopolítica, e que já estavam possivelmente em circulação no começo do século III a.e.c. Um caso expressivo é o relato de Tito Lívio sobre a formação da chamada “legião de linho”, uma narrativa rica em detalhes, mas de difícil interpretação histórica. A cena se passa por volta de 293 a.e.c., no final da terceira e última guerra samnita. Vale reproduzir o trecho na íntegra:

Todo o exército foi convocado para Aquilônia, e 40 mil homens, toda a força do Samnium, estavam concentrados lá. Um espaço de cerca de 60 metros quadrados, quase no centro do acampamento, foi fechado com tábuas e todo coberto com pano de linho. Neste recinto foi realizada uma cerimônia de sacrifício, *as palavras sendo lidas de um velho livro de linho por um sacerdote idoso, Ovius Paccius, que anunciou que estava tomando essa forma de cerimônia da velha religião samnita, que os ancestrais deles usaram quando formaram seu projeto secreto de tomar Cápuia dos etruscos*. Terminado o sacrifício, o capitão-general enviou um mensageiro para convocar todos os nobres de nascimento ou que se distinguissem por seus feitos militares. Eles foram admitidos no recinto um por um. À medida que cada um era admitido, era conduzido ao altar, mais como uma vítima do que como alguém que participava da cerimônia, e era obrigado sob juramento a não divulgar o que via e ouvia naquele lugar. Então eles o obrigaram a fazer um juramento na linguagem mais terrível, imprecando uma maldição sobre si mesmo, sua família e sua estirpe se ele não fosse para a batalha onde os comandantes o conduzissem, ou se ele próprio fugisse da batalha ou não matasse imediatamente qualquer um que visse fugir. No início houve alguns que se recusaram a fazer esse juramento; eles foram massacrados ao lado do altar, e seus cadáveres deitados entre os restos dispersos das vítimas eram uma clara sugestão para o resto não recusar (Livy, 1926, X, 38, 2-13) [destaque meu; tradução minha da versão inglesa].

Há incerteza sobre quanto dessa narrativa é invenção do próprio Lívio e quanto dela pode derivar de fontes anteriores. De maneira geral, é possível defender a validade histórica das informações que Lívio transmite sobre os anos finais das guerras samnitas: o motivo é que, a partir desse ponto, estima-se que apenas uma ou duas gerações teriam decorrido antes do nascimento do “primeiro” historiador romano, o já mencionado Fabius Pictor, o qual pode ter nascido cedo o suficiente para ter acesso a memórias vivas dos eventos de 293 a.e.c., inclusive sobre o episódio em discussão.

A maneira como Lívio descreve a formação da “legião de linho” apresenta elementos em

comum com outras cenas de juramento militar em relatos antigos, especialmente no que se refere à presença de guerreiros que invocam uma maldição sobre si mesmos. Há, no entanto, detalhes que parecem peculiares: a descrição dos soldados sendo levados ao altar mais como vítimas do que como participantes; e a execução sumária daqueles que se recusavam a fazer o juramento, seus corpos jogados entre as carcaças dos animais sacrificados. Tais elementos podem ser entendidos em termos dos estereótipos negativos que tingem o retrato de Lívio sobre os samnitas, conforme discutido acima.

Especialmente relevante para nossos propósitos, entretanto, é o momento da narrativa em que o sacerdote Oвий Paccius afirma que o ritual em questão era retirado da “antiga religião dos samnitas” (*vetusta Samnitium religio*), a qual “os antepassados deles tinham empregado anteriormente, quando foram secretamente tomar Cápua dos etruscos” (Livy, 1926, X, 38, 6-8). A referência aqui é à história da conquista samnita de Cápua por volta de 420 a.e.c., mencionada em diferentes relatos greco-romanos (Livy, 1922, IV, 37, 1-3; Strabo, 1923, V, 4, 3). Embora seja impossível determinar qual das versões sobreviventes mais se aproximaria daquela conhecida por alguém como Oвий Paccius, parece plausível começarmos considerando o relato que o próprio Lívio transmite sobre o episódio, no seu quarto livro:

Está registrado neste ano [cerca de 423 a.e.c.] um incidente ocorrido em um país estrangeiro, mas ainda importante o suficiente para ser mencionado, a saber, a captura de Volturnus, uma cidade etrusca, agora chamada Cápua, pelos samnitas. Diz-se que foi chamada Cápua por causa do general deles, mas é mais provável que tenha sido assim chamada por sua localização em um país de campanha (*campus*). Foi depois que os etruscos, enfraquecidos por uma longa guerra, lhes concederam a ocupação conjunta da cidade e do seu território, que a tomaram. Durante uma festa, enquanto os antigos habitantes eram dominados pelo vinho e pelo sono, os novos colonos os atacaram à noite e os massacraram (Livy, 1922, IV, 37, 1-3; tradução minha da versão inglesa).

A narrativa de Lívio parece postular uma ligação entre samnitas reunidos para fazer o juramento da “legião de linho” em 293 a.e.c. e pessoas que mais de um século antes teriam conquistado uma das mais ricas cidades italianas, que dominava uma das áreas mais prósperas e férteis do Mediterrâneo. Parece significativo que essa ligação seja colocada na boca de um sacerdote samnita que se dirige a um corpo de guerreiros samnitas: implicação seria de que, no início do século III a.e.c., grupos itálicos que se identificavam como “samnitas” estariam reafirmando a sua identidade através da comemoração da supremacia militar e geopolítica de seus ancestrais, ao mesmo tempo em que esperavam se igualar a tais precedentes ou excedê-los. Em outras palavras, parece estar embutida na narrativa de Lívio sobre a formação da legião de linho uma ideia poderosa de identidade samnita, que está intimamente ligada,

ou talvez seja equivalente, a noções de supremacia militar e geopolítica, e que também é apresentada como possuindo continuidade e coesão no tempo.

Nós não podemos, é claro, descartar a possibilidade de que Lívio tenha inventado o episódio da legião de linho, em parte ou totalmente. Afinal, a imagem de samnitas como predadores inveterados ontem e hoje estaria em perfeito acordo com os estereótipos romanos negativos de seus antigos inimigos, conforme notado acima. Tais discursos teriam continuado a ter uma relevância no contexto histórico em que foi composta a obra de Lívio, o *Ab Urbe condita* (“desde a fundação da cidade”): as últimas décadas do século I a.e.c., marcadas pelo trauma das recentes guerras civis do segundo triunvirato e pela pacificação forçada do nascente regime monárquico de Otaviano-Augusto – o qual, como é bem sabido, estava ansioso para legitimar o seu autoritarismo revestindo-o na roupagem das velhas virtudes republicanas. Sem querer reduzir Tito Lívio a um joguete ideológico do “primeiro imperador”, é possível ver a sua exaltação do passado romano (e a sua antítese necessária, a condenação do passado não romano) como algo que estava em sintonia com as prioridades políticas da nova ordem.

Ainda assim, outras leituras, menos unilaterais, são possíveis. Em primeiro lugar, existem outros autores antigos que também mencionam uma expansão samnita no final do século V a.e.c. (Isayev, 2017), diminuindo a probabilidade de que se trata de uma invenção de Lívio. Mais significativo ainda, contudo, é o conjunto de evidências independentes que parecem apontar na direção de uma tal expansão: trata-se, principalmente, da proliferação de inscrições em língua e alfabeto osco, desde as montanhas da Itália central até as zonas litorâneas, ricas e urbanizadas da Campânia, em torno do momento em que as narrativas historiográficas falam da chegada de samnitas em Cápua e cidades vizinhas (Bourdin, 2012, p.1076; Isayev, 2017). Embora tais evidências não reflitam necessariamente uma conquista samnita, elas no mínimo sugerem um aumento da conectividade entre as comunidades montanhosas da Itália central e as cidades prósperas das planícies costeiras vizinhas. Nós teríamos aí, portanto, um contexto histórico plausível para que grupos em ambas as regiões construíssem narrativas sobre migrações, encontros e origens em comum – isto é, um contexto histórico plausível para o desenvolvimento de tradições comemorativas do tipo postulado na descrição de Lívio sobre a legião de linho.

## Considerações finais

---

Visto em retrospectiva, a partir do momento da consolidação do domínio romano na bacia do Mediterrâneo e além, a expansão romana inicial na península itálica pode parecer incipiente demais para ter alterado a visão de mundo das comunidades que vivenciaram esse processo de primeira mão, no momento em que ele ocorreu. Por outro lado, o cresci-

mento inicial do poder romano foi quase certamente um desenvolvimento histórico sem precedentes no Mediterrâneo central. Dentro desse contexto, os esforços de subjugação, neutralização e controle colocados em prática pelo Estado romano parecem ter assumido um caráter especialmente direcionado, intenso e brutal em relação às comunidades semiurbanizadas e economicamente menos ostensivas das montanhas da Itália central, denominadas genericamente de samnitas nas fontes narrativas greco-romanas. Recuperar algo do ponto de vista de tais agentes históricos sobre o processo da sua própria subordinação, nos primeiros momentos do dito imperialismo romano, foi o principal intuito da presente contribuição, bem como definir alguns parâmetros metodológicos para investigações futuras nesse sentido.

Uma avaliação preliminar da documentação disponível, com todas as suas imperfeições, parece indicar a persistência de uma autopercepção forte de independência entre “samnitas” por várias décadas após o momento da sua traumática subjugação no raiar do século III a.e.c. A sobrevivência continuada, e possivelmente anacrônica, da tal autopercepção pelo restante do século III (no mínimo), pode ter sido encorajada por uma série de fatores; entre eles, a possível existência continuada de tradições comemorativas entre as comunidades montanhosas itálicas, que teriam construído e representado a noção de identidade samnita em termos de força militar e supremacia geopolítica. Relatos como o da “legião de linho”, ainda que enviesados e tardios, incompletos e retrospectivos, nos permitem trabalhar com a hipótese de que tradições narrativas como aquela atribuída ao sacerdote samnita Ovius Paccius estavam em circulação entre as comunidades não urbanizadas das montanhas da Itália central no momento dos seus grandes confrontos com a república romana. Parece não haver uma razão óbvia para supor que tais tradições narrativas teriam desaparecido completamente após as vitórias romanas dos anos 290 a.e.c: pelo contrário, a possível sobrevivência desse patrimônio cultural imaterial seria consistente com um cenário onde parte de seu conteúdo teria sido incorporado pela tradição histórica romana subsequente, chegando até autores tardo-republicanos como Tito Lívio. Histórias de vitórias militares espetaculares, tanto nas guerras contra Roma quanto em empreitadas anteriores, teriam sido sobreviventes distintas entre muitas perdas. E a sobrevivência de tais narrativas após as esmagadoras derrotas militares da década de 290 a.e.c. teria proporcionado um contexto cultural favorável para autopercepções de independência e assertividade entre aqueles que se identificavam e eram identificados como samnitas. A persistência, portanto, de tais narrativas teria continuado a fornecer um quadro cultural favorável à resiliência de certas visões de mundo entre aqueles que contavam, ouviam e transmitiam essas histórias. Mesmo que o mundo em questão estivesse ficando irreconhecível.



## Referências

- BISPHAM, Edward. *From Asculum to Actium: The municipalisation of Italy from the Social War to Augustus*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- BOURDIN, Stéphane. *Les peuples de l'Italie préromaine*. Roma: École Française de Rome, 2012.
- BRADLEY, Guy Jolyon; WILSON, John Paul (org.). *Greek and Roman colonisation: Origins, ideologies and interactions*. Swansea: Classical Press of Wales, 2006.
- BURTON, Paul. *Roman imperialism*. Leiden: Brill, 2019.
- CAPINI, Stefania; DI NIRO, Angela (org.). *Samnium: Archeologia del Molise*. Roma: Quasar, 1991.
- CORNELL, Timothy J. *The beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c.1000-264 BC)*. London: Routledge, 1995.
- COURRIER, Cyril; OLIVEIRA, Júlio César Magalhães de (org.). *Ancient History from below*. London: Routledge, 2021.
- CUTRO, Lucia. Fontes materiais e fontes escritas: estudo de caso da “História de Roma” de Tito Lívio. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 9, p. 127-141, 1999.
- DEGRASSI, Attilio (org.) *Inscriptiones Italicae XIII: Fasti et elogia*. Roma: Libreria dello Stato, 1937.
- DENCH, Emma. *From Barbarians to New Men: Greek, Roman and modern perceptions of the Central Appenines*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- DIO CASSIUS. *Roman history*, v. I: books 1-11. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1914.
- DIODORUS OF SICILY. *Library of history*, v. X: books 19.66-20. Translated by Russel M. Geer. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1954.
- DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. *Roman antiquities*, v. VII: books 11-20. Translated by Earnest Cary. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1950.
- ECKSTEIN, Arthur M. *Mediterranean anarchy, interstate war, and the rise of Rome*. Berkeley: University of California Press, 2006.
- FRONDA, Michael. *Between Rome and Carthage: Southern Italy during the Second Punic War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- GIAMPAOLA, Daniela. Benevento: Dal centro indigena alla colonia romana. In: GIAMPAOLA, Daniela. *Studi sull'Italia dei Sanniti*. Roma: Electa, 2000. p. 36-46.
- GRUEN, Erich S. *The Hellenistic World and the coming of Rome*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- HARRIS, William Vernon. *War and imperialism in Republican Rome, 327-70 BC*. Oxford: Clarendon Press, 1985.
- ISAYEV, Elena. *Migration, mobility and place in Ancient Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- LIVY. *History of Rome*, v. III: books 3-4. Translated by B. O. Foster. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1922.
- LIVY. *History of Rome*, v. III: books 5-7. Translated by B. O. Foster. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1924.
- LIVY. *History of Rome*, v. III: books 8-10. Translated by B. O. Foster. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1926.
- LIVY. *Books XXI-XXII with an English translation*. London: Heinemann, 1929.
- LIVY. *Books XXIII-XXV with an English translation*. London: Heinemann, 1940.
- LIVY. Julius Obsequens. *History of Rome*, v. XIV: *Summaries. Fragments. Julius Obsequens. General Index*. Translated by Alfred C. Schlesinger. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1959.
- MUSTI, Domenico. La nozione storica di Sanniti nelle fonti greche e romane. In: Consiglio Regionale/Soprintendenza Archeologica del Molise. *Sannio: Pentri e Frentani dal VI al I sec. a.e.c. Atti del Convegno*. Campobasso: Enne, 1984. p. 71-84.
- POLYBIUS. *The Histories*, v. I: books 1-2. Translated by W. R. Paton. Revised by F. W. Walbank, Christian Habicht. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010a.
- POLYBIUS. *The Histories*, v. II: books 3-4. Translated by

- W. R. Paton. Revised by F. W. Walbank, Christian Habicht. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010b.
- POLYBIUS. *The Histories*, v. III: books 5-8. Translated by W. R. Paton. Revised by F. W. Walbank, Christian Habicht. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.
- RICH, John W. Treaties, allies and the Roman conquest of Italy. In: DE SOUZA, Philip; FRANCE, John (org.). *War and peace in Ancient and Medieval History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 51-75.
- ROSELAAR, Saskia Tessa. Colonies and processes of integration in the Roman Republic. *Mélanges de l'École Française de Rome – Antiquité*, Roma, v. 123, p. 527-555, 2011.
- SALMON, Edward Togo. *Samnum and the Samnites*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.
- STRABO. *Geography*, v. II: books 3-5. Translated by Horace Leonard Jones. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1923.
- TERRENATO, Nicola. “Tam firmum municipium”: The romanization of Volaterrae and its cultural implications. *Journal of Roman Studies*, London, v. 88, p. 94-114, 1998.
- TERRENATO, Nicola. *The Early Roman expansion into Italy: Elite negotiation and family agendas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- VALERIUS MAXIMUS. *Memorable doings and sayings*, v. I: books 1-5. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.